



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA STJ/GDG N. 47 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre critérios de alocação e atendimento de novos pedidos de equipamentos de impressão na Secretaria do Tribunal.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com fundamento no item 17.2, X, *b*, do Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça, considerando o disposto nos arts. 3º e 8º, incisos II e III, da Portaria GDG n. 293/2012 e a necessidade de normalizar os procedimentos para gestão do parque tecnológico de impressão do Superior Tribunal de Justiça com base em critérios de racionalidade e sustentabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º A gestão do parque tecnológico de impressão da Secretaria do Tribunal deve se basear em critérios consistentes de alocação de máquinas a fim de atingir uma gestão pública mais sustentável, com a utilização otimizada de recursos materiais, naturais e financeiros.

Art. 2º A quantidade dos equipamentos objeto do contrato de terceirização de impressão poderá ser alterada em conformidade com as cláusulas contratuais e a legislação vigente, em função dos níveis de ociosidade das impressoras instaladas, das mudanças de estratégia do tribunal e da introdução de novas tecnologias.

Art. 3º Uma comissão formada por representantes da Secretaria de Tecnologia da Informação e Assessoria de Gestão Socioambiental deverá realizar avaliação anual do percentual de utilização das impressoras alugadas pelo tribunal, tomando como parâmetro a capacidade mínima de impressão de cada equipamento no período frente à quantidade total de impressões realizadas.

Parágrafo único. A impressora com percentual de utilização abaixo de 10% da capacidade mínima anual será considerada ociosa e deverá ser realocada em outra unidade ou devolvida à empresa contratada, após o consentimento do gestor responsável pela unidade.

Art. 4º O fornecimento de nova impressora estará condicionado ao atingimento de, no mínimo, 100% da capacidade mínima de impressão contratada da unidade solicitante.

Parágrafo único. O disposto no *caput* será feito após a verificação dos percentuais de impressão relativos a, no mínimo, seis meses anteriores ao da análise do pedido, desconsiderando os meses de dezembro, janeiro e julho.

Art. 5º A avaliação da localização de impressoras na Secretaria do Tribunal e a análise dos pedidos de novos equipamentos deverão também considerar outros aspectos relevantes, entre os quais:

I – relação razoável entre o quantitativo de equipamentos e a quantidade de usuários atendidos na unidade;

II – distância entre o posto de trabalho do usuário e a impressora;

III – divisão do recinto em compartimentos que dificulte o acesso à impressora e justifique o fornecimento de novo equipamento;

IV – nível de confidencialidade dos documentos que implique acesso restrito ao equipamento, de acordo com a [Resolução nº 7/2014](#);

V – histórico de consumo de papel da unidade desde a implantação do processo eletrônico (2008).

Art. 6º As solicitações de novas impressoras deverão ser avaliadas pela Assessoria de Gestão Socioambiental em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação para que seja verificado o atendimento disposto nesta portaria e de outros critérios relevantes que eventualmente surjam.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Miguel Augusto Fonseca de Campos